



MEMÓRIA, IDENTIDADE E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: AÇÕES EDUCATIVAS NO IFPB DE CATOLÉ DO ROCHA- PB

Autor 1: João Clímaco Ximenes Neto

*UEPB/IFPB
ximenesgeografia@gmail.com*

RESUMO

A ciência geográfica ao longo do tempo, através do redescobrimto e reinvenção dos seus limites e pensamentos, vem resistindo as interferências externas que objetivam a homogeneização do pensamento e subjugar o local em detrimento do global. Com o advento da Globalização, a vizinhança, a socialização e a intimidade, extrapolaram os limites do cotidiano, tornando-se mais fluidos, mutáveis e por vezes superficiais. É nesse contexto que a Geografia, como disciplina formativa, crítica e social se vê diante de desafios de construir caminhos para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, em face da necessidade de renovação apresentada no início do século XXI. Desse modo, entendemos que o aspecto cultural se torna um elemento importantíssimo na análise e entendimento das problemáticas geográficas. Com isso, objetivamos, no presente artigo, discutir sobre o ensino de Geografia na Educação Básica, tendo como enfoque a memória e o patrimônio no campo da Educação Patrimonial. Autores como Tardif e Lessard, Candau, Geertz, Santos e Callai nos dão o aporte teórico para refletirmos sobre a temática, e os novos confrontos entre saberes, culturas e práticas no contexto regional e local. Nossa proposta parte de um relato de experiência de pesquisa dissertativa, no campo da educação, utilizando a literatura de Cordel, com os alunos do ensino básico integral do IFPB, Campus Catolé do Rocha. Através da Educação Patrimonial vivenciada nas aulas de Geografia conseguimos promover um “autodespertar” no aluno para o saber geográfico, contextualizando a formação do conhecimento com elementos referenciais da cultura regional e de suas memórias.

Palavras-chave: Cordel, Educação Patrimonial, Memória e Geografia.



INTRODUÇÃO

O Patrimônio Cultural material e imaterial pode ser visto cotidianamente nas cidades e comunidades, em suas ruas, prédios públicos, praças, expressões culturais e nas tradições locais, onde se encontra construída a história dos indivíduos que fazem parte desse espaço, e nelas estão os referenciais de sua identidade cultural que, juntamente com outras tradições, compõe uma identidade local e nacional. Nessa perspectiva, um dos principais pilares da Educação Patrimonial reside na possibilidade do cidadão ir além do conhecimento adquirido, passando assim a ter uma compreensão e uma valorização da diversidade do Patrimônio Cultural e da trajetória histórico-temporal em que se encontra inserido, valorizando as estruturas que servem de base para tal.

Nesse sentido, o ensino de Geografia têm um importante papel na construção desse conhecimento, bem como na ressignificação da identidade do educando para com o seu meio social. No campo da Geografia, particularmente, destacamos os estudos e a perspectiva da Geografia Cultural, cujo o objetivo da abordagem é entender a experiência dos seres humanos no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas.

Sendo assim, o Patrimônio Geográfico Regional existente na perspectiva nordestina pode ser melhor estudado, absorvido, compreendido e valorizado a partir do momento em que o professor introduz discussões temáticas que não apenas trazem à luz ao local, mas também busca entender os acontecimentos globais através do lugar e suas particularidades.

Diante do exposto, há, por conseguinte, uma necessidade de trabalhar essa educação nas escolas. Tal atitude, por parte dos professores, traz consigo novos desafios, não apenas na construção do conhecimento por parte do aluno, mas também que visam à aquisição de valores e comportamentos que permitam reconhecer-se, valorizar-se e preservar-se culturalmente, moldando sua identidade e ampliando, assim, o seu sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, objetivamos desenvolver uma proposta de trabalho na perspectiva da educação patrimonial, através da literatura de cordel, por ser uma ferramenta de ensino e aprendizagem, geradora de uma identidade cultural, capaz de trabalhar com diversas temáticas e vertentes da geografia, seja no âmbito local, regional, nacional e global.



Mediante o exposto, direcionaremos o nosso estudo de forma a responder ao seguinte questionamento: de que modo o cordel pode propiciar a aprendizagem do aluno do IFPB Campus Catolé do Rocha no trabalho com a educação patrimonial, a memória e os saberes locais no ensino de Geografia?

Dessa maneira, realizaremos pesquisas em turmas do 1º ano do ensino médio integrado do IFPB- Instituto Federal da Paraíba, no Campus de Catolé do Rocha, nas quais levaremos cordéis para as salas de aula, e, através deles, propor uma alternativa de trabalho com a Educação Patrimonial nas aulas de geografia, refletindo sobre o patrimônio cultural da região do alto sertão paraibano.

Na sequência de nossas ações pedagógicas, objetivamos propor reflexões/estratégias de ensino, e, a partir delas, desenvolver sequências didáticas que auxiliem no trabalho de docentes, haja vista que não foi realizado até então nenhum trabalho dessa natureza no Instituto Federal da Paraíba. Assim, os professores da rede técnica federal de nosso estado, bem como outros docentes da educação básica, terão um suporte pedagógico que auxilie na construção de aulas e projetos que tenham como base a educação patrimonial em contextos regionais.

Com essa literatura, temos um vetor de aproximação do educando com suas origens, com o conhecimento e com o descobrimento de inúmeras possibilidades de absorver e gerar informações acerca do contexto sócio-histórico-cultural de uma região.

É válido salientarmos que, ao resgatar e inserir a literatura de cordel e apresentá-la pautada nos pilares da Educação Patrimonial, temos o objetivo de não só promover o conhecimento, mas também de desenvolver no aluno a consciência de pertencimento, e, conseqüentemente, de sua responsabilidade diante da preservação dos bens culturais materiais e imateriais. Para isso, entendemos que o papel do professor, como mediador do processo de ensino e aprendizagem, deve se embasar nos saberes curriculares, disciplinares e experienciais, valorizando a socialização e a contextualização na construção do conhecimento, concordando com Tardif e Lessard (2011), que afirmam:

Para ser coerente, é preciso não desconsiderar as perspectivas teóricas que abordam o ensino “pelo alto”, mas complementá-las com perspectivas que analisem a escola, os professores e seu trabalho “por baixo”, ou seja, a partir da aproximação entre o pesquisador e a escola, o pesquisador e os professores, que são, de fato, os atores dos processos de ensino que atuam diariamente nas salas de aula de todo o mundo. (TARDIF & LESSARD, 2011, p. 36)



Introduzir, portanto, essas teorias em nossas análises, servirá, certamente, para que ampliemos a nossa visão acerca da interface entre educação patrimonial, patrimônio cultural, literatura de cordel e os atores do processo de ensino. Entendemos que um estudo dessa natureza pode contribuir significativamente na conjuntura educacional a partir da realidade local, e, uma vez que o cordel revela aspectos da cultura que devem ser ressignificados e valorizados, sendo, portanto, um artefato cultural que ultrapassa a cultura local do discente, tornando-se um recurso didático-pedagógico valioso para as aulas de Geografia no ensino médio integrado.

Como hipóteses apresentamos as seguintes:

1. A Educação Patrimonial nas aulas de Geografia do ensino médio integrado permite a prática docente que alunos e alunas aprendam mediatizados pelo cordel sobre os saberes locais e regionais;
2. O Cordel e os demais elementos, que fazem parte do contexto patrimonial, material e imaterial, regional e local têm sido utilizados como aporte didático e pedagógico objetivando a construção, identificação e compreensão dos saberes culturais enquanto linguagem pedagógica.

O objetivo geral é propor um plano de ação pedagógica, mediatizada pelo cordel no ensino de geografia no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba, Campus Catolé do Rocha, em turmas de 1º anos, que contemple os saberes na perspectiva da Educação Patrimonial, abordando os diversos elementos que compõem o Patrimônio Cultural material e imaterial da região do sertão paraibano. Já os objetivos específicos estão divididos da seguinte forma:

- Aprofundar os conhecimentos teóricos acerca da Educação Patrimonial;
- Discutir sobre o Patrimônio material e imaterial e o uso do cordel nas aulas de Geografia na perspectivada educação.
- Trabalhar o cordel como importante ferramenta para aquisição de conhecimento sócio-histórico e cultural da região do alto sertão paraibano;
- Propor um plano de ação pedagógica que contemple um trabalho voltado para a valorização da Educação patrimonial a partir da literatura de cordel nas aulas de geografia no Ensino Médio Integrado no IFPB Campus Catolé do Rocha;



- Desenvolver práticas de leitura/análise do patrimônio cultural material e imaterial através de oficinas pedagógicas e minicursos.

Desenvolvimento

Os estudos que compõem o patrimônio cultural, trazem consigo a responsabilidade e o seu entendimento como um conjunto de bens culturais materiais e imateriais, que diz respeito ao acervo cultural de um povo. Sua importância e longevidade social torna-se mais significativa quando é associado à perspectiva da sustentabilidade, pois, nela estão inseridos os valores e a cultura de um povo na perspectiva da equidade de acesso e distribuição intra e inter-geracional (MÉRICO, 2001), garantindo, assim, a preservação das raízes culturais e históricas das gerações presentes e vindouras.

Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, cuja metodologia se aplica a

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, é o órgão responsável e referencial que gera o patrimônio cultural brasileiro concebendo a educação patrimonial como sendo todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de



discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens.

A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira.

A Constituição de 1988 amplia o conceito de patrimônio. Este passa a ser um conceito mais abrangente, capaz de incorporar a diversidade social e cultural brasileira. O termo “patrimônio cultural” veio substituir o termo “patrimônio histórico e artístico”, sendo constituído de unidades designadas por “bens culturais”.

De acordo com Martins (2003, p.49), o “patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade”. O autor acrescenta ainda que o termo patrimônio está vinculado às lembranças e, acrescentado à noção de cultura é um produto cultural que é herdado e transmitido de geração para geração.

No conceito amplo de patrimônio cultural estão presentes as esferas da natureza, o meio ambiente natural onde o homem habita e transforma para sobreviver e realizar suas necessidades materiais e simbólicas, o conhecimento, as habilidades, o saber fazer humano, necessário para a construção da existência em toda sua plenitude, e os chamados bens culturais propriamente ditos, que são resultantes da ação do homem na natureza (MARTINS, 2003, p.51).

As noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória, categorias fundamentais na esfera das ações patrimoniais, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que representam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais, ou seja, os bens patrimoniais são fundamentais para a formação da identidade dos grupos sociais, pois, associam materialidade e significados simbólicos aos bens culturais.

A educação patrimonial possibilita a interpretação dos bens culturais, sendo um instrumento importante para valorizar e preservar o patrimônio, pois a mesma se utiliza dos lugares e suportes da memória no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade dos educandos e dos cidadãos no geral para a importância da preservação dos bens culturais. Para Pelegrini (2006),



A educação patrimonial e ambiental deve ser conduzida de modo a contemplar a pesquisa, o registro, a exploração das potencialidades dos bens culturais e naturais no campo da memória, das raízes culturais e da valorização da diversidade. À medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua auto-estima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania (PELEGRINI, 2006, p.127).

Nesse sentido, a educação patrimonial possibilita a interpretação dos bens culturais, sendo um instrumento importante para valorizar e preservar o patrimônio, pois a mesma se utiliza dos lugares e suportes da memória no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação dos bens culturais.

É por meio da memória que se encontram aspectos que determinada sociedade reconhece como elementos próprios de sua história, da tipologia do espaço onde vive, das diversas paisagens. Para Milton Santos (1999, p.83), paisagem diz respeito ao “conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”, ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos.

Segundo Gimeno Sacristán (2002), aprender é assimilar e enraizar em tradições históricas de significado. Contudo, além disso, é uma forma de criar laços de semelhanças entre os sujeitos que experimentam processos de aprendizagem de uma cultura, desde que compartilhem algo que os assemelhe: forma de compreender, normas de civilidade, regras morais, padrões de avaliação estética, etc.

Nesse sentido a Educação Patrimonial se enquadra, tendo a frente um grande desafio: o de educar convivendo com uma cultura global.

Há, contudo, dúvidas se as culturas regionais e locais irão sobreviver à hegemonia de fluxos culturais globais que podem estar em vias de se transformar em uma cultura global. A dúvida torna-se preocupação quando se coloca na equação a probabilidade dessa cultura global submeter



as manifestações locais a um processo de homogeneização a tal ponto de já não se reconhecerem as culturas tradicionais, em um futuro onde elas poderiam ser completamente suplantadas pelo global.

A globalização trouxe consigo a proposta da homogeneização, seja ela cultural, financeira ou política, na qual nenhum desses campos devem ser pensados de maneira separada; pelo contrário, estão atrelados.

Os anos 1990 trouxeram novas possibilidades para o desenvolvimento da globalização, pois foi neles que vimos a ampliação do ciberespaço, através do advento da Internet a nível global.

Nessa perspectiva, Canclini (2003) expõem a situação nos seguintes termos:

A globalização, que acirra a concorrência internacional e desestrutura a produção cultural endógena, favorece a expansão de indústrias culturais com capacidade de homogeneizar e ao mesmo tempo contemplar de forma articulada as diversidades setoriais e regionais. Destrói ou enfraquece os produtores pouco eficientes e concede às culturas periféricas a possibilidade de se encapsularem em suas tradições locais. Em uns poucos casos, dá a essas culturas a possibilidade de estilizar-se e difundir sua música, suas festas e sua gastronomia por meio de empresas transnacionais. (CANCLINI, 2003: 22)

Sendo assim, não cabe ao educador buscar suplantar ou até mesmo descaracterizar a cultura global, mas sim entendê-la através do olhar local.

Mas que olhar local é esse? Até que ponto ele encontra-se “contaminado” com a perspectiva global e homogênea de entender, admirar, compartilhar e seguir os bens, as coisas, as ideias no âmbito material e imaterial?

Esse olhar local é construído através de vivências múltiplas, sejam elas familiares, religiosas, colegiais, etc. É desse contexto que a Educação Patrimonial deve se utilizar para promover um “autodespertar” no indivíduo, motivado pela necessidade de conhecimento do nosso patrimônio cultural, o qual envolve todos os segmentos que compõem o lugar, a comunidade, a escola, entre outros espaços, visando à preservação da cultura. Dessa maneira, compartilhando responsabilidades, fortalecendo a autoestima e gerando cidadania. Seu principal objetivo é a valorização dos indivíduos e das comunidades e toda a sua produção cultural.

Nessa perspectiva, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), considera que

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial.

Ao fazer a incorporação da Educação Patrimonial nas aulas de Geografia do Primeiro Ano do Ensino Médio Integrado do IFPB Campus Catolé do Rocha nos conteúdos de geografia, temos como objetivo valorizar a cultura local e regional, gerar no educando um sentimento de pertencimento e responsabilidade com as suas referências históricas e culturais, voltando-se para o rompimento pedagógico das aulas conteudistas e mnemônicas dominantes nos dias atuais.

O uso de folhetos de Cordel como aporte teórico e metodológico nas aulas de Geografia, bem como a visitação de espaços públicos onde a representatividade histórica e cultural emanam naturalmente como feiras, espaços arquitetônicos, entre outros, embasam o processo de formação das identidades e memórias do educando.

Por fim, consideramos que a formação docente, pautada nos valores culturais nacionais, mas, principalmente, regionais e locais, representa um importante elemento didático e pedagógico na luta pela preservação do Patrimônio Cultural material e material de um povo e auxilia na ressignificação da identidade e na (re) construção das memórias e valores que compõem sua história.

CONCLUSÃO

A nossa pesquisa encontra-se na fase final. Os dados foram coletados, os questionários aplicados, os minicursos e oficinas ministrados e as aulas foram desenvolvidas a luz da educação patrimonial com uso de folhetos de cordéis que tratavam da temática “Meio Ambiente e os problemas ambientais”. Os alunos, após cumpridas as etapas, apresentaram sua visão e entendimento acerca das temáticas discutidas em sala de aula, divididos em grupos e contextualizando com seu cotidiano local e regional.

Atualmente, estamos analisando todos os dados coletados e nos debruçando sobre os referenciais teóricos e a escrita da dissertação.

De maneira primária, podemos afirmar que os objetivos foram alcançados, dada a receptividade e o envolvimento por parte dos alunos(as) ao projeto, o que foi comprovado através da contextualização de suas apresentações, nas quais discutiram as temáticas a luz da educação patrimonial, valorizando as questões locais e produzindo conhecimento sem, necessariamente, deixar de enxergar seus deveres e direitos perante as problemáticas ambientais mundiais e conseqüentemente locais.



REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: Museu Imperial, 1999.

IPHAN

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan> (acesso em 05/10/15)

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Identidade: Percepção e Contexto. In: MARTINS, José Clerton de Oliveira (org.). Turismo, Cultura e Identidade. São Paulo: Roca, 2003
MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. Políticas públicas para a sustentabilidade. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo : Brasiliense, 2009.

SACRISTÁN, J. G. – **Educar e conviver na cultura global** – Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999 e 2002.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.